



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Avenida Nilo Peçanha, nº 620 - Bairro Petrópolis

Natal-RN, CEP 59012-300

- <https://huol-ufrn.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23526.020858/2025-23

1. **OBJETO**

1.1. A contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência encontra amparo legal na Lei nº 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserrh, e Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.2. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de Coffee Break para este **Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL**, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações e quantidades estabelecidas no item 4 deste instrumento.

1.3. Será utilizada a modalidade de licitação denominada Pregão eletrônico, no Sistema Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses, tendo em vista que o serviço a ser prestado enquadra-se na classificação de serviço comum, conforme preconizado no inciso IV do art. 32 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no inciso IV do art. 4º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserrh.

1.4. Trata-se da licitação para fornecimento de serviços de consumo, classificados como serviços de natureza comum, por meio do Sistema de Registro de Preços consignados em ata para eventuais aquisições futuras, de forma parcelada, nos termos preconizados pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EBSERH 2.0, conforme previsto pelo Art. 40 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; pela Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462/2023, e ainda, em observância à Lei Complementar nº 123/2006, combinada com o Decreto Federal nº 8.538/2015.

1.4.1. A utilização de registro de preços é mais conveniente para a organização, pois permite contratações futuras, com previsão de entregas parceladas, levando em consideração a frequência das aquisições, médias de consumo e à dificuldade em se definir previamente o quantitativo a ser demandado, estando em conformidade com o artigo 3º, II e V, Decreto nº 11.462/2023.

2. **REFERÊNCIAS NORMATIVAS**

2.1. Fundamentação legal e normativa:

2.1.1. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#) - O Art. 7º, XXXIII, que prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; Art. 37 trata dos princípios entre outros fatores que devem ser observados pela Administração pública direta e indireta;

2.1.2. [Lei nº 8.078](#), de 11 de setembro de 1990 - Código de defesa do consumidor;

2.1.3. [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;

2.1.4. [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH;

2.1.5. [Lei nº 13.303](#), de 30 de junho de 2016 - Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;

2.1.6. [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) - Lei de Licitações e Contratos Administrativos. (Aplicável no que couber.);

2.1.7. [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

2.1.8. [Decreto nº 7.746](#), de 05 de junho de 2012 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;

2.1.9. [Decreto nº 11.462/2023](#), de 23 de janeiro de 2013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

2.1.10. [Decreto nº 8.538](#), de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

2.1.11. [Decreto nº 8.945](#), de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;

2.1.12. [Instrução Normativa nº 01](#), de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

2.1.13. [Instrução normativa nº 5, de 26 de maio de 2017](#) - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

2.1.14. [Instrução Normativa nº 03](#), de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SicaF, no âmbito do Poder Executivo Federal;

2.1.15. Norma - SEI nº 3/2024/SCEN/CAD/DAI-EBSERH - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral, bem como alterações contratuais;

2.1.16. Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-EBSERH - Dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserrh;

2.1.17. [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 8ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2025](#);

2.1.18. [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserrh](#) - RLCE 2.0;

2.1.19. [Política de Compras Centralizadas da Ebserrh](#);

2.1.20. [Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserrh](#);

2.1.21. [Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserrh](#);

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Trata-se da contratação de empresa para execução dos serviços para o **Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL**, de acordo com a estimativa da necessidade e com a devida autorização e aprovação da Autoridade Competente, conforme consta no presente processo.

3.2. O coffee break será aspecto importante nas ações de humanização e valorização dos profissionais envolvidos nas diversas ações realizadas na instituição nos próximos meses.

3.3. A falta de coffee break afetará a realização das ações da instituição ao transmitir a sensação de falta de apreço e zelo da instituição para com os envolvidos.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. A Contratada deverá prestar serviços de acordo com as necessidades estabelecidas neste Termo de Referência, observado o limite máximo da quantidade anual, conforme estabelecido abaixo:

GRUPO	ITEM	CODIGO CATSER	DISCRIMINAÇÃO	UND.	QUANT. ANUAL ESTIMADA	V. UNIT.	V. TOTAL
ÚNICO	01	3697	Prestação de serviços de Coffee Break por um período de 12 meses, conforme indicado no Termo de Referência.	UN	1500		
	02	3697	Prestação de serviços de Coffee Break por um período de 12 meses, conforme indicado no Termo de Referência.	UN	1000		
	03	3697	Prestação de serviços de Coffee Break por um período de 12 meses, conforme indicado no Termo de Referência.	UN	1000		

ITEM 01

COFFEE BREAK - TIPO PADRÃO

Item	Composição	Unid.	Quant. Mínima por Pessoa
1	Café puro	mL	50
2	2 tipos diferentes de sucos naturais	mL	200
3	2 tipos diferentes de bolos	g	120
4	Mini-Sanduíche (recheio de frango, atum ou peito de peru ou similar)	g	03 unidades (50g/und)
5	Salgados (50% fritos e 50% de salgados assados) - tipo coquetel	g	05 unidades
6	frutas ou salada de frutas	g	100

ITEM 02

COFFEE BREAK - TIPO COQUETEL

Item	Composição	Unid.	Quant. Mínima por Pessoa
1	Café puro	mL	50
2	Chocolate quente	mL	100
3	Refrigerante (diet e tradicional)	mL	100
4	2 tipos diferentes de sucos naturais	mL	100
5	Água	mL	100
5	2 tipos diferentes de bolos (sendo 01 com calda a base de leite condensado e outro sem calda)	g	120
6	mini-sanduíche (recheio de frango, atum ou peito de peru ou similar)	g	02 unidades (50g/und)
7	Salgados folhados (tipo coquetel)	g	02 unidades
8	Pão de queijo (tipo coquetel)	g	03 unidades (40g/und)
9	Salgados (50% fritos e 50% de salgados assados) (tipo coquetel)	g	05 unidades
10	frutas ou salada de frutas	g	100

ITEM 03

COFFEE BREAK - KIT INDIVIDUAL (em embalagem individual)

Item	Composição
1	01 Sanduíche natural (Mínimo de 120g) ou pão de queijo (Mínimo de 50g) ou 01 salgado assado (Mínimo de 100g)
2	01 sachê de biscoito tipo goiabinha (mínimo 25g) ou 01 fatia de bolo (mínimo de 120g)
3	01 porção de fruta (Mínimo de 100g)
4	caixinha de suco de frutas (200 ml)

4.2. BEBIDAS

4.2.1. Os refrigerantes devem ser servidos com opção diet e tradicional.

4.2.2. Os sucos e o café com leite devem ser servidos sem adição de açúcar com disponibilização de açúcar e adoçante em separado.

4.2.3. Café com leite deverá ser servido na proporção de 50% (cinquenta por cento) de cada um.

4.2.4. Refrigerantes e sucos devem ser servidos gelados.

4.2.5. Café com leite e achocolatado devem ser servidos quentes.

4.2.6. Deverá ser disponibilizado gelo, tipo cubo, de água potável, na proporção de seis unidades por participante.

4.2.7. Os refrigerantes deverão ser apresentados em suas embalagens originais.

4.2.8. Todas as bebidas quentes deverão ser servidas em garrafas térmicas devidamente identificadas.

4.3. ALIMENTOS

- 4.3.1. Todos os alimentos já devem ser fornecidos prontos e em temperaturas adequadas. O HUOL não cederá espaço para finalização das preparações. Os salgados deverão estar crocantes e bem coccionados.
- 4.3.2. Nas opções com salgados, servir 50% (cinquenta por cento) de salgados fritos e 50% (cinquenta por cento) de salgados assados.
- 4.3.3. A composição dos salgados deverá obedecer a proporção de 30% (trinta por cento) de massa para 70% (setenta por cento) de recheio.
- 4.3.4. Os recheios conterão carnes brancas ou vermelhas, sem pele ou gordura, e, predominantemente, queijos brancos.
- 4.3.5. É proibida a utilização de gorduras hidrogenadas na preparação dos alimentos servidos, sejam eles doces ou salgados.
- 4.3.6. Em se tratando de várias refeições por ocasião do mesmo evento, salvo manifestação expressa em contrário, o cardápio deverá ser sortido dentre as opções possíveis dentro da sua especificação.
- 4.3.7. As frutas devem servidas devidamente higienizadas, em adequado estado de maturação e ser fatiadas em tamanhos que facilitem o manuseio pelos comensais. Se forem frutas em cachos, estes devem ser divididos em porções com o mesmo fim.
- 4.3.8. Em caso de salada de frutas, esta deverá ser servida separadamente do respectivo acompanhamento (leite condensado ou similar).
- 4.4. **ACESSÓRIOS, UTENSÍLIOS E DEMAIS MATERIAIS**
- 4.4.1. Todos os descartáveis deverão ser de responsabilidade da contratada (guardanapos na cor branca e copos descartáveis, mexedores de café, colheres descartáveis para salada de frutas, e demais itens descartáveis que se fizerem necessários de qualidade adequada ao consumo de alimentos e resistentes, em quantitativo suficiente).
- 4.4.2. No fornecimento devem ser utilizados recipientes de vidro, cerâmicas e aço escovado. No fornecimento, dependendo do evento, poderão ser utilizados materiais descartáveis, desde que à base de material não poluente, como amido de milho ou papelão, e dependendo da autorização da Contratante.
- 4.4.3. Ficará a cargo da contratada o recolhimento dos materiais/recipientes utilizados para porcionamento. O HUOL não se responsabiliza pelo materiais utilizados.
- 4.4.4. Devem ser utilizados caixas e garrafas térmicas, bem como qualquer outro utensílio necessário à manutenção das condições de temperatura ideais aos alimentos, considerando cada caso.
- 4.4.5. Deve a Contratada prover utensílios necessários ao consumo das frutas fatiadas.
- 4.4.6. A Contratada deverá disponibilizar, ainda, toalhas de mesa, garrafa térmica em inox, jarras para suco, bandeja, açúcar em sachê e adoçante, colherinhas e palitos, caso sejam necessários.
- 4.5. **OPÇÕES DE ITENS PARA OS CARDÁPIOS**
- 4.5.1. Salgados: Mini pastel assado de frango, mini pastel assado de presunto e queijo, folhado de queijo, mini pão de queijo, enroladinho de presunto e queijo, mini pão de batata com catupiry, rissoles, empada de queijo, frango ou camarão, quibe, coxinha de frango, cartucho de camarão ou frango, bolinha de queijo e/ou presunto, esfiha, croquete.
- 4.5.2. Sanduíches: Mini sanduíche de queijo e presunto com pão branco ou integral, mini sanduíche de atum com pão branco ou integral, mini sanduíche de frango com pão branco ou integral.
- 4.5.3. Bolos: Bolo de macaxeira, bolo de batata doce, bolo preto, bolo de cenoura, bolo de laranja, bolo de chocolate, bolo formigueiro, bolo de milho, bolo de coco, bolo de limão.
- 4.5.4. Sucos de frutas: Goiaba, cajá, acerola, abacaxi, abacaxi com hortelã ou laranja.
- 4.5.5. Refrigerantes: Sabor guaraná (tradicional e zero açúcar) Antártica, Kwat ou similar; sabor Cola (tradicional e zero açúcar).
- 4.5.6. Poderão ser enviados outros sabores de cada item desde que expressamente autorizado pela contratante.
- 4.5.7. Caso haja discordância entre as especificações destes itens com aquelas do Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, prevalecerão as especificações constantes neste Termo de Referência; As especificações claras e detalhadas dos bens ofertados deverão ser obrigatoriamente inseridas no campo destinado para esse fim (Descrição Detalhada do Objeto Ofertado), disponível no sistema Comprasnet, sob pena de desclassificação.
- 4.5.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, conforme redação dada pelo art. 23, do Decreto nº 11.462/2023.
- 4.5.9. Os quantitativos estimados configuram uma projeção de consumo provável, de modo que a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, conforme previsto no art. 21, do Decreto nº 11.462/2023.
- 4.5.10. Os valores estimados servirão apenas de subsídios às empresas licitantes para formulação de suas propostas, não constituindo qualquer compromisso futuro para com o **Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL**.
- 4.5.11. Os valores são fundamentados em ampla pesquisa de preços realizada nos termos da Norma - SEI n.º 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH.
- 4.5.12. O valor do preço unitário é o máximo que o HUOL dispõe a pagar por contratação.
- 4.5.13. O licitante participante desde pregão não poderá, durante o envio das propostas, registrar quantidade inferior a 100% do quantitativo total estimado para cada item.
- 4.5.14. As especificações claras e detalhadas dos bens ofertados, inclusive a marca e ou fabricante, deverão ser obrigatoriamente inseridas no campo destinado para esse fim, "Descrição Detalhada" do objeto ofertado, disponível no sistema Comprasnet, sob pena de desclassificação.
- 4.6. **EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS**
- 4.6.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo as demais licitantes.
- 4.6.2. Serão exigidas amostras de todos os itens.
- 4.6.3. As amostras poderão ser entregues no endereço Avenida Nilo Peçanha, 620, Petrópolis, Natal/RN, CEP 59012 300, na sala do Setor de Licitações, no prazo limite de 04 (quatro) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 4.6.4. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no *chat* pelo interessado, antes de findo o prazo.
- 4.6.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.6.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.6.6.1. **Aspecto visual e apresentação:** Boa apresentação estética; Porções padronizadas e de tamanho uniforme; Cores naturais e características do alimento; Ausência de queimaduras excessivas, ressecamento ou deformações; Embalagem ou acondicionamento higienicamente adequado; Identificação clara do item apresentado.

4.6.6.2. **Aroma:** Aroma fresco e característico do produto; Ausência de odores estranhos (ranço, fermentação indesejada, queimado excessivo).

4.6.6.3. **Sabor:** Sabor característico do produto; Equilíbrio de temperos e Ausência de gosto rançoso, ácido inadequado ou amargo indesejado.

4.6.6.4. **Textura/Consistência:** Textura adequada ao tipo de alimento (ex.: macio, crocante, aerado); Ausência de ressecamento excessivo; Massa bem assada/cozida.

4.6.6.5. **Temperatura de serviço:** Alimentos quentes servidos quentes; Alimentos frios mantidos refrigerados; e Não apresentar sinais de quebra da cadeia térmica.

4.6.6.6. **Qualidade dos ingredientes:** Ingredientes frescos e de boa procedência; Ausência de sinais de deterioração; e Não utilização de ingredientes vencidos.

4.6.6.7. **Segurança e higiene:** Manipulação conforme boas práticas; Embalagem limpa e adequada; e Ausência de contaminantes físicos (cabelos, fragmentos, etc.).

4.6.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.6.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pela primeira classificada não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pela segunda classificada. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.6.9. Os exemplares colocados à disposição da Ebserh serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento. Os exemplares colocados à disposição da Ebserh serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Para que a contratação produza os resultados pretendidos pela Administração, faz-se necessário que a prestação do fornecimento de *coffee break* inclua o serviço de organização e a disponibilização da alimentação nas ações de capacitação e nos eventos institucionais.

5.2. Além disso, para os eventos de pequeno porte, como reuniões e conferências, será prevista a contratação de lanches avulsos, que não demandam a necessidade do serviço de organização e disponibilização da alimentação pela equipe da Contratada, visando atender a esses eventos que são realizados com uma quantidade menor de pessoas do que o mínimo previsto para contratação do serviço completo.

5.3. Os serviços prestados pela empresa contratada serão de sua inteira responsabilidade e deverão ser executados por profissionais qualificados e treinados.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação será realizada por meio de processo licitatório eletrônico, nos termos do preconizado no Regulamento de Licitações e Contratos – Ebserh.

6.2. Será utilizada a modalidade de licitação denominada Pregão, tendo em vista que o serviço a ser prestado enquadra-se na classificação de serviço comum, conforme preconizado no inciso IV do art. 32 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no inciso IV do art. 4º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0.

6.3. A prestação de serviços de coffee break caracteriza-se como serviço comum, visto que pode ser objetivamente definido, conforme especificações, a fim de estabelecer o padrão de qualidade esperado, de acordo com as características usuais de mercado, sem variações de ordem técnica.

6.4. Por ser um serviço que irá impor ao fornecedor o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, considera-se que o serviço a ser executado será de caráter não continuado.

7. PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

7.1. Trata-se de aquisição de serviço cujo parcelamento não é vantajoso para a Administração na medida em que tende a aumentar o custo final dos produtos, além de aumentar o risco de fracasso ou deserção dos itens.

7.2. Além disso, os itens são comercializados em conjunto pelas empresas do mesmo segmento, assim inexistindo a possibilidade de que a reunião dos citados opções de itens para os cardápios em grupo único impeça/difícule a participação de qualquer empresa interessada, além de tornar a contratação mais atrativa, o que ampliará a competitividade e trará vantagens à Administração.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela entrega do objeto licitado, à CONTRATANTE é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre as entregas;

8.2. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários;

8.3. A CONTRATANTE através do(s) responsável(is) pelo recebimento do objeto licitado deverá fiscalizar e registrar em sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

8.4. A fiscalização poderá exigir a substituição de qualquer fornecimento feito em desacordo com as especificações, todo no interesse dos serviços ou integridade do patrimônio e comunidade do HUOL, devendo tal substituição ser feita por pedido escrito da fiscalização;

8.5. As decisões que ultrapassem a competência da equipe de recebimento do objeto contratado deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior para, em tempo hábil, adotar medidas pertinentes.

8.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por funcionários, equipe de fiscalização ou único funcionário, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

8.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das falhas, faltas e irregularidades constatadas.

8.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

8.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação.

8.11. As hipóteses de rescisão contratual são aquelas previstas no RLCE 2.0 e no termo de contrato, sem prejuízo de outros normativos aplicáveis.

9. DAS PROPOSTAS DE PREÇO

9.1. Proposta de preços obrigatoriamente deverá estar acompanhada da especificação completa do produto a ser fornecido, de forma clara e inequívoca, fazendo constar ainda:

a) Nome comercial /marca;

b) prazo de validade da propostas 90 (noventa) dias;

c) prazo de validade (produto de fabricação diária).

10. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A presente contratação adotará como o regime de execução por Preço Unitário.

10.2. Os serviços serão executados no Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL, localizado em NATAL/RN e nos locais e horários estabelecidos pela Unidade de Comunicação Regional 6 do hospital.

11. RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. A entrega do(s) material(is) terão início após recebimento da Nota de Empenho e emitida pelo **Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL**, datada e assinada, pela Autoridade competente. Destaca-se que na referida contratação será formalizado o contrato e a execução das despesas e posterior pagamento serão realizados por meio de emissão de nota de empenho.

11.2. A entrega do material deverá ser efetuada em até 02 (dois) dias úteis, após solicitação e autorização do pedido pela Unidade de Comunicação Regional 6, email: comunicacao.huol@ebserh.gov.br, observado os prazos e quantidades constante do referido cronograma, no seguinte endereço: Avenida Nilo Peçanha, 620, Petrópolis, Natal-RN, CEP 59012-300 no horário, conforme estabelecido no cronograma.

11.3. Os pedidos deverão ser entregues com, no máximo, meia hora de antecedência, podendo a entrega dos acessórios, tais como mesa, toalha, utensílios, etc., ser antecipada para preparação adequada do serviço.

11.4. As entregas devem ser realizadas sem qualquer custo adicional para o Contratante.

11.5. As requisições serão feitas por correio eletrônico (e-mail).

11.6. A critério do Contratante, poderão ser designados locais diversos dos endereços acima, para a entrega e execução dos serviços.

11.7. As entregas serão feitas na presença de um servidor designado para Unidade solicitante do serviço.

11.8. O recebimento será efetuado nos seguintes termos:

11.8.1. provisoriamente – para efeito de posterior verificação da conformidade do(s) material(is) apresentados com as especificações constantes neste documento, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas;

11.8.2. definitivamente – no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, por Comissão/Servidor designado pela Autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material entregue de conformidade com o exigido neste Edital.

11.9. Em caso de conformidade, a Comissão/Servidor designado atestará a efetivação da entrega dos materiais, no verso da Nota Fiscal e a encaminhará ao Setor de Contabilidade do **Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL**, para fins de pagamento.

11.10. O produto deverá apresentar quando da entrega, registrados em sua embalagem os seguintes dados: data de fabricação; data de validade do produto; lote de fabricação e quando submetido a algum processamento mencionar identificação por meio de rótulos, inclusive nutricional.

11.11. As embalagens dos produtos deverão apresentar-se intactas.

11.12. Em caso de não conformidade, a Comissão/Servidor designado devolverá Nota Fiscal/Materiais, para as devidas correções.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A Contratada obrigará-se-á:

12.2. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 171 do RLCE 2.0

12.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

12.3.1. cumprir fielmente a obrigação contraída, de modo que os serviços sejam prestados com esmero e perfeição, conforme estipulado neste Termo de Referência, sob pena de aplicação de multa e demais cominações;

12.3.2. Efetuar a entrega do(s) produto(s) em perfeitas condições de consumo e prazo estabelecido, de acordo com as especificações e quantidades constante do item 4;

12.3.3. Atender prontamente às reclamações referentes aos serviços prestados, sanando-as no menor tempo;

12.3.4. Comunicar ao **Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega previsto;

12.3.5. Observar o horário de entrega conforme o cronograma fornecido pela Unidade de Comunicação Regional 6 do **Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL**.

12.3.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Contratante.

12.4. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.5. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

12.6. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.8. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de

regência;

12.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato;

12.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/ 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

12.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fuja às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

12.20. A contratada observará as Resoluções RDC Anvisa n.º 717, de 1º de julho de 2022, que dispõe sobre os requisitos sanitários das águas envasadas e do gelo para consumo humano; RDC Anvisa n.º 724, de 1º de julho de 2022, que dispõe sobre os padrões microbiológicos dos alimentos e sua aplicação; RDC Anvisa n.º 778, de 1º de março de 2023, que dispõe sobre os princípios gerais, as funções tecnológicas e as condições de uso de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia em alimentos, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

13. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

13.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

13.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

13.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

13.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

13.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

13.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

13.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

13.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

13.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

13.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;

13.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

13.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

13.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

14. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, facilitando assim o controle direto e padronização de serviços e maior facilidade de fiscalização, sobretudo em contratos que abrangem diversas unidades administrativas e exigem uniformidade de atendimento.

14.2. A admissão ou não de consórcio de empresas e cooperativas em licitações públicas é competência discricionária do Administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada.

14.3. Assim, considerando que o objeto que compõem a pretensão contratual não é considerando de grande vulto e que é enquadrado como comum com características homogêneas, entendemos não haver qualquer restrição ao universo de potenciais licitantes, havendo no mercado competidores individuais em número suficiente para garantir a competitividade do certamente, tanto em termos de quantidade e como de capacidade técnica.

14.4. Portanto, considerando as características do objeto, NÃO SERÁ ADMITIDA a participação de consórcios e cooperativas.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1. Proporcionar todos os meios ao seu alcance para o recebimento do material a cargo do licitante vencedor.
- 15.2. Efetuar o pagamento no prazo previsto.
- 15.3. Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar as obrigações do licitante vencedor, através do Servidor/empregado designado pela Autoridade competente do Huol.
- 15.4. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou o licitante vencedor.
- 15.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 15.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;"
- 15.7. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 15.8. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 15.9. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;
- 15.10. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 15.11. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 15.12. Cientificar a Consultoria Jurídica da Ebserh para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 15.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DAS SANÇÕES

- 16.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 16.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 16.1.2. Multa de:
- 16.1.2.1. *0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor anual/total do contrato* em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 16.1.2.2. *0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor anual/total do contrato*, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 16.1.2.3. *0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor anual/total do contrato*, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 16.1.2.4. *0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato*, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo;
- 16.1.2.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 16.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 16.2. As sanções previstas nos subitens 15.1.1 e 15.1.3 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 16.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU

1
2
3
4
5

CORRESPONDÊNCIA

0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

ITEM	INFRAÇÃO DESCRIÇÃO	GRAU
1	<i>Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;</i>	05
2	<i>Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;</i>	04
3	<i>Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;</i>	03
4	<i>Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;</i>	02
5	<i>Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;</i>	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	<i>Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;</i>	01
7	<i>Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;</i>	02
8	<i>Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;</i>	01
9	<i>Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;</i>	03
10	<i>Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;</i>	01
11	<i>Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA</i>	01

Nota explicativa: A autoridade poderá incluir na tabela de infrações outras condutas que entender necessárias, pertinentes ao serviço prestado, ou retirar as que entender serem inadequadas ao objeto contratual em questão.

- 16.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- 16.4.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.4.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.4.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 16.4.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 16.4.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 16.4.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 16.4.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 16.4.8. não mantiver a proposta;
- 16.4.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 16.4.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.
- 16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.
- 16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.
- 16.6.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 16.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 16.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.11. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicafe. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.
17. **GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO**
- 17.1. Não haverá exigência de garantia do produto dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à garantia legal.
18. **GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)**
- 18.2. Não haverá exigência de garantia contratual da execução para a referida contratação.
19. **FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**
- 19.3. O procedimento de aquisição será conduzido através de modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet, de acordo com o Inciso IV, art. 4º, do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.
20. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR:**
- 20.4. **Critério de julgamento:**
- 20.4.1. O critério de julgamento será o de menor PREÇO POR GRUPO ÚNICO, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.
- 20.4.1.1. Justifica-se esta modalidade tendo por fundamento a inviabilidade técnica e econômica do parcelamento, tendo em vista as características e finalidade do objeto desta licitação, otimização logística, uniformização dos serviços e redução dos custos com entrega considerando a frequência de fornecimento dos itens.
- 20.4.1.2. A divisibilidade também implicaria em sérios prejuízos na padronização dos produtos servidos, afetando sobremaneira a qualidade almejada. Além disso, por se tratar de entregas a serem realizadas com intervalo muito próximo ao momento do consumo, a existência de uma empresa para cada item aumentaria a probabilidade de atrasos e tornaria inviável a logística de recebimento. Por fim, considerando o quantitativo reduzido de cada produto e o baixo preço unitário, a adoção da modalidade de menor preço por item, poderia implicar em perda de escala e possivelmente desinteresse dos licitantes no fornecimento dos produtos.
- 20.4.1.3. A licitação será realizada em grupo único, formado por três itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para cada item que o compõem.
- 20.5. **Modo de disputa:**
- 20.5.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto.
- 20.6. **Intervalo entre lances:**
- 20.6.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,75%.
- 20.7. **Condições de participação:**
- 20.7.4. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem às condições de participação previstas no item 3 do edital.

20.8. Condições de habilitação:

20.8.5. Deverão ser observados os requisitos de habilitação definidos no art. 65 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, bem como os definidos no Edital, tais como:

20.8.5.4. **Habilitação jurídica:** De acordo com o previsto no Edital.

20.8.5.5. **Regularidade fiscal e trabalhista:** De acordo com o previsto no Edital.

20.8.5.6. **Qualificação Econômico-Financeira:** De acordo com o previsto no Edital.

21. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

21.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.1.1. Alvará de licenciamento ou equivalente, documento expedido pelo órgão sanitário competente Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que autoriza o funcionamento dos estabelecimentos que exerçam atividades sob regime de vigilância sanitária, a exigência do alvará se faz necessária por tratar-se de produção alimentar;

21.1.2. Caso o Alvará Sanitário esteja vencido ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal/Estadual ou Distrital da sede.

21.1.3. Caso a licitante seja dispensada do Alvará Sanitário, a mesma deverá apresentar documento que comprove a isenção.

21.1.3.1. Em caso da Licença Sanitária vencida, a licitante deverá apresentar documento legível da solicitação (protocolo) de revalidação, acompanhada da Licença Sanitária vencida. A não apresentação implicará na desclassificação da licitante (Art. 22, parágrafo 1º e 2º do Decreto 74.170 de junho de 1974).

21.1.4. Poderá ser realizada visita técnica "in loco", nas dependências da licitante, para averiguar as informações contidas na declaração.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS

22.1. As estimativas de preços foram realizadas de acordo com a Norma - SEI n.º 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH - Ebserh, restrito a **fim de garantir o sigilo** preconizado no art. 7 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, art. 34 da Lei 13.303/2016.

23. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do Huol/EBSERH, cujos programas de trabalho e os elementos da despesa específicos deverão constar nas respectivas notas de empenho, e expressamente indicados no presente processo pela Divisão Administrativa Financeira.

23.2. O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificativa na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 da Lei n.º 13.303/2016, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

24. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES

24.1. Durante a vigência das atas de registro de preços decorrentes da licitação os preços registrados serão fixos e irrevogáveis.

25. PAGAMENTO

25.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

25.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

25.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

25.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação seguinte:

25.4.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

25.4.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

25.4.3. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei;

25.4.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

25.4.5. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

25.4.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

25.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

25.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

25.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

25.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

25.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

25.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

25.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

25.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

25.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

25.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

25.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

25.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

25.15. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

EM = $I \times N \times VP$ EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$I = (6 / 100) / 365$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

26. DA UTILIZAÇÃO DO SRP

26.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

26.2. Optou-se por permitir a adesão por entender que, desta forma, poderia estar aumentando o interesse das empresas fornecedoras em participar do Pregão e, consequentemente, alimentar a competitividade entre os participantes, o que, em tese, acarretaria preços mais baixos e compras mais efetivas. Além disso, a adesão, desde que atenda aos critérios de planejamento, é hoje uma importante alternativa de compra para a Administração, atendendo aos princípios da economicidade, celeridade e eficiência.

27. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

27.1. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da [Lei nº 12.305/2010](#) deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

27.2. Em consonância com o art. 4º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0 as seguintes diretrizes devem ser observadas:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pelo Huol:

(...)II - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

27.3. De acordo com o art. 5º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:

Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;

II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais; IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

VII - vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

27.4. Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no art. 202 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0:

Art. 202. As unidades da Ebserh devem adotar os seguintes atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:

I - adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;

II - adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;

III - coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

IV - implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;

V - elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS;

VI - relatar à Administração Central da Ebserh as boas práticas realizadas sob a diretriz da gestão sustentável para subsidiar a elaboração do relatório anual de sustentabilidade da empresa.

27.5. As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2010, devem ser observadas:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

e IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

27.6. Vejam-se, ainda, as previsões do [Decreto nº 7.746/2012](#):

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

(...)

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade."

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.

27.7. O fornecedor no momento do recolhimento dos materiais não consumidos e que serão por ele descartados, deverá apresentar declaração de que o referido resíduo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais caso não seja executado/realizado pelo próprio fornecedor.

27.8. Os licitantes deverão apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, na forma do modelo constante neste Termo de Referência, após a abertura da sessão e conforme instruções dadas pelo agente de licitação.

28. MATRIZ DE RISCO

28.9. A presente contratação não prevê Matriz de Riscos, porém consta nos autos do processo análise de risco da contratação.

29. ANEXOS

29.10. Anexo - DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL ([54082732](#))

29.11. Anexo - MODELO DE PROPOSTA ([54082772](#))

30. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

30.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração, parte integrante deste processo.

(assinado eletronicamente)

Suzana Tereza Araújo de Medeiros Campos
Enfermeira Auditoria e Pesquisa
Coordenadora Requisitante da EPC

(assinado eletronicamente)

Rozane da Silva Carvalho
Analista Administrativo - Administração Hospitalar
Integrante Requisitante da EPC

(assinado eletronicamente)

Daniel Fonseca do Nascimento
Analista Administrativo - Administração
Integrante Requisitante da EPC

(assinado eletronicamente)

Maria Emília Fernandes da Silva Amaro
Nutricionista
Integrante Requisitante da EPC

(assinado eletronicamente)

Taianne de Lima Gomes
Analista Administrativo - Relações Públicas
Integrante Requisitante da EPC

31. APROVAÇÃO

31.12. De acordo.

31.13. A presente contratação se mostra adequada e atende aos objetivos da instituição.

- 31.14. Sendo assim, **aprovo** o termo de referência conforme seus próprios fundamentos.
- 31.15. Encaminhe-se à área competente para início da fase de seleção de fornecedor.

(assinado eletronicamente)
Rodrigo Amancio Briozo
Gerente Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Suzana Tereza Araújo de Medeiros Campos, Enfermeiro(a)**, em 22/05/2026, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Fonseca do Nascimento, Chefe de Unidade**, em 22/05/2026, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Taianne de Lima Gomes, Analista Administrativo**, em 22/05/2026, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Emilia Fernandes da Silva Amaro, Nutricionista**, em 22/05/2026, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Amancio Briozo, Gerente**, em 25/05/2026, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61162902** e o código CRC **E8BC29E5**.

Referência: Processo nº 23526.020858/2025-23 SEI nº 61162902

Criado por [suzana.medeiros](#), versão 3 por [suzana.medeiros](#) em 22/05/2026 12:06:06.